

CONSENTANEIDADE TÍTULO/NOTÍCIA COM O FACTO/ACONTECIMENTO E FIABILIDADE VS FALACILOQUÊNCIA DAQUELES

Mário Pinto

Professor Auxiliar

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UFP

mpinto@ufp.pt

RESUMO

Para além das diferenças, expectáveis, entre os títulos que os diversos periódicos escolhem para encimar as notícias, são também neles identificáveis inesperadas afinidades/coincidências, inclusive ao nível verbal. De assinalar, outrossim, ser regra a consentaneidade entre título e texto. Surpreendente é a existência de títulos relativamente discrepantes dos conteúdos que anunciam, com eles dificilmente compagináveis ou, ainda, insusceptíveis de serem identificados com os textos. Et maxime, títulos que contraditam o conteúdo noticioso veiculado ou são abusivas inferências do noticiado. E notícias que, tendo subjacente o mesmo facto/acometimento, são quase antagónicas.

ABSTRACT

Beside the predictable differences among the headlines that all the newspapers choose to surmount their news, we can also identify in them unexpected similarities/coincidences, inclusive at a verbal base. However there's usually correspondence between text and title. Remarkable is the existence of titles which announce content slightly different, with them hardly related or even, unable to be identified with the texts. Et maxime, headlines who oppose the content of the text they surmount or represent abusive assumptions of the news. And news who, beside having underneath the same fact/ happening, are almost opposite.

Constituindo a leitura diária dos jornais um ritual de que muitos concidadãos não prescindem – ainda que quase os converta numa espécie de adictos ou, de forma mais impactante (acaso o termo existisse), em ‘periódico-dependentes’ –, amiúde se vêem, aquando da sua prática, confrontados com não despreciando número de surpresas, nem todas outrossim agradáveis. Das extraordinárias crónicas (da autoria de proeminentes vultos das letras contemporâneas) a artigos merecedores dos maiores encómios e suculentos editoriais, passando por notícias redigidas no mais escrupuloso respeito pela ortografia, pela sintaxe e pela semântica, de tudo se encontra em quantidade assaz considerável, a suficiente para atenuar a disforia – de que constitui, aliás, excelente antídoto – induzida por determinadas pseudonotícias, não tanto devido aos conteúdos por estas veiculados mas, antes, pela forma como são grafadas.

A leitura atenta, porém crítica, que da imprensa deve ser feita, actividade a que há ainda muito quem se devote, outorga a estes ‘praticantes’ o direito de se poderem considerar detentores de uma opinião fundamentada q.b. acerca do que nos tempos coevos é veiculado pela maioria dos jornais entre nós editados e, daí decorrente, o de prescindirem de sequer se deterem em inúmeros textos uma vez identificados os seus autores, não por qualquer sectarismo primário mas dada a irrefragável certeza de se irem confrontar com pletora de crimes de lesa-idioma. É, pois, graças à experiência acumulada, que, tal como ao pegar-se no(s) periódico(s) de eleição se vai de imediato ao encontro do que *a priori* se tem (mais do que convicção) a garantia de estar magistralmente redigido e claramente exposto –, se evita o contacto com outros escreventes, que não se compreende por que insondável mistério (ou ponderosas razões) continuam a desfrutar de espaço disponível para persistirem na prática do idiomicídio em que há anos estão empenhados. E há muito quem partilhe desta estranheza. Como Fernando Martins¹ (2006, p. 124) deixa transparecer, reportando-se a uma carta de um grupo de leitores, esta crítica é recorrente:

(...) o insuficiente domínio do Português. Porém, o que mais os impressiona é a falta de brio, de profissionalismo, dos jornalistas que, depois de verem os seus erros impressos, em vez de redobrem de cuidado, parecem insensíveis, se não ao que pensam deles, pelo menos à vergonha.

Opinião perfilhada por Núñez Ladevéze (1991, p. 28), que também não os poupa:

Desgraciadamente en los periódicos y emisoras se escribe y habla muy mal. En su calidad de intermediarios lingüísticos, y a causa de su deficitaria formación, los periodistas actúan más como agentes degenerados del lenguaje común que como intermediarios en la exposición de ideas.

Não carece, por isso, de razão Francisco Iglesias (1984, p. 191) quando lhes corta cerce quaisquer veleidades e, peremptório, postula: “Pero quien no sea capaz de expresarse correctamente – para comunicar y comunicarse – de palabra y por escrito, no podrá ser un informador, al menos, no llegará a ser un buen informador.”

Crê-se, do exposto, ter ficado cristalino existirem razões para ser reconhecido a muitos leitores um *background* passível de, neste âmbito, lhes permitir emitirem opiniões mini-

mamente abalizadas. E o que há já algum tempo se está a tornar demasiado notório (e justifica o atrás explanado em jeito preambular) – para além do insólito dos títulos nada condizentes ou dificilmente compagináveis com os conteúdos que encimam –, é a emergência, na imprensa, de ‘fenómenos’ que, denotando um insofismável facciosismo, passam pela assunção de posturas que não primam pela lisura (posicionamentos pró e contra são emitidos com a mesma ligeireza), por julgamentos infundados, por assumidos *parti pris* em relação a determinadas individualidades, *et maxime*, pelo indistigável enfeudamento (na imprensa especializada) perante presidentes de grandes grupos económicos (assim se criando um caldo de cultura em que, por pontificar a subserviência, se obnubila a noção do que é ou não notícia ou noticiável). O que consubstancia um ostensivo elidir das palavras de Luka Brajnovic (1991, p. 62), para quem jornalista não pode ser “(...) cualquiera, sino la persona capacitada para ello. Capacitada tanto intelectual como moralmente. Sin esta capacidad [...] es totalmente ilusorio hablar del informador y de su labor como periodista.”

Compreende-se, por isso, que a determinante próxima da escolha desta temática para versar na colaboração solicitada resida em algo há dias ocorrido – aleatoriamente seleccionado de entre a pletora de situações similares – e que é *per se* assaz pregnante do que se tem vindo a defender. Um veto da Autoridade da Concorrência a um pedido de compra de uma empresa de auto-estradas (formulado por outra da mesma área), justificado com a plausível emergência de uma situação de monopólio daí resultante, e a posterior desautorização daquela entidade pelo ministro da tutela, foi o mote (ou o detonador) para um confronto de opiniões em que os campos se extremaram numa dicotomia anti-tética, uma postura quase maniqueísta: de um lado os bons; do outro os satãs. Destarte, enquanto vários jornalistas de órgãos credenciados asseveravam tratar-se de uma atitude irresponsável de um ministro inepto – que ao contraditar (e desautorizar) aquela entidade oficial constitui um grave precedente para o futuro (por abrir caminho a que outros recursos possam vir a ser apresentados e despachados favoravelmente) – outros (designadamente no suplemento de economia de um hebdomadário) defendem e justificam a atitude do ministro, que reputam patriótica porque em prol do interesse nacional. Que ilações pode o leitor comum – alheio aos meandros e subtilezas da política e que deseja, tão-só, ser informado e ficar esclarecido – retirar desta vasta panóplia de argumentos pró e contra? Nenhuma, é óbvio. São todos tão gritantemente facciosos que quem ler apenas um periódico (como a generalidade das pessoas faz) ficará sempre tão-só com uma visão, distorcida (independentemente de se a favor ou contra) porque unilateral, já que o reverso da moeda lhe foi elidido. Mas também quem ler vários jornais não ficará numa posição mais confortável: é tal a veemência (e, condescenda-se, em certos aspectos, o cabimento) da argumentação aduzida num e noutra sentido que o leitor sem formação económica para a refutar/corroborar naufraga neste oceano de palavras, sentindo-se incapaz de, consciente e fundamentadamente, formular a sua opinião e se posicionar perante a questão. O que permite asseverar não estar a maioria dos jornais a cumprir as duas principais vertentes (informar/formar) da sua função triádica. E circunscreverem o seu papel à terceira (recrear) é inaceitável.

¹ Ex-Provedor dos Leitores, do Jornal de Notícias.

Não se tratando de um caso paradigmático dos malefícios de excesso de informação mas, antes, da demonstração de quão perniciosa pode ser uma informação deficiente, partiu-se à procura de outros exemplos corroboradores desta tese. E não houve necessidade de esquadriñar muito. A dificuldade reside apenas, tal a sua quantidade, na triagem dessas provas.

Visto não ser objectivo desta reflexão discorrer (muito menos teorizar) sobre os títulos da imprensa, cingir-se-á a procurar semelhanças e/ou desfasamentos entre os de dois jornais e, depois, a aquilatar quer da fidelidade destes em relação à notícia quer desta relativamente aos factos/acontecimentos em si.

Constituindo o título como que o anúncio luminoso, o escaparate da notícia, imperioso se torna que, antes de mais, seja assazmente apelativo, sedutor, para induzir o leitor a transpor a porta de entrada que, afinal, também é. Aliás, é esta a dupla função que tem de desempenhar cabalmente: informar (dando uma visão resumida da notícia) e atrair (incitar à prossecução da leitura do texto). Desiderato cuja consecução deve ocorrer em total concomitância com a mais estrita observação de determinados preceitos – tais como a clareza, a concisão, a veracidade e a ‘garra’ –, distinguindo o que é informação do que é opinião (ainda que, pontualmente, uma não seja dissociável da outra). Mas que não pode, ademais, descurar outros requisitos, entre os quais pontificam os que emanam da própria idiossincrasia do *medium*, cujas normas de estilo terão de ser escrupulosamente respeitadas (semanários e diários titulam diferentemente e, entre estes, há variações decorrentes da sua vocação – informativos, desportivos), da sua orientação (ideológica ou sócio-cultural), da tradição (jornalística, cultural), do género periodístico (cada vez mais híbrido, mas em que, ainda assim, subsistem diferenças: não se titula da mesma forma uma notícia ou um comentário), da secção (política, economia, desporto) e da própria página e lugar. Tudo condimentado pela economia de procedimentos linguísticos peculiar dos títulos. O que, convenha-se, não é tarefa fácil dada a quantidade de variáveis da equação. Mas que em circunstância alguma poderá ser postergada porque, a acontecer, o resultado, inelutável, seriam títulos frouxos e/ou falhados, como alguns dos que se seguem. Ou, no limite, do teor deste, cuja relação com a notícia não se descortina:

BCP Moçambique passa a Millennium bim

O Sumitomo Mitsui, terceiro maior banco do Japão, obteve lucros de 6,15 mil milhões de dólares no ano terminado a 31 de Março. O banco recuperou das fortes perdas registadas no exercício anterior devido à diminuição do crédito mal-parado.

Diário Económico, 24/5/2006, p. 22, FINANÇAS, s.a.

Ainda bem que a insólita situação materializada no exemplo precedente é a excepção e não a regra, o que acaba por conferir alguma razão a Gómez Mompert (1982, p. 8) quando postula: “Pero los titulares de prensa ni son tan malos como algunos pretenden – pese a que en ocasiones resultan ininteligibles – ni siquiera son tan peligrosos como otros sospechan (...)”, ao mesmo tempo que também confirma a ininteligibilidade por ele admitida. Da qual não escasseiam exemplos, como veremos.

Concluído este preâmbulo introdutório – por força das circunstâncias mais longo do que se pretendia – passe-se agora à disquisição de uns quantos exemplos passíveis de confirmarem/infirmarem o atrás explanado. E a primeira constatação é a surpresa, pela positiva, que muitos títulos constituem. Como, *verbi gratia*, os próximos:

Oni descarta corrida à compra da rede cobre ou cabo da PT

A operadora de telecomunicações fixas quer investir no lançamento de um operador móvel virtual (MNVO), mas rejeita ir ao mercado comprar rede do incumbente.

Diário Económico, 24/5/2006, p. 14, EMPRESAS, CF.

TELECOMUNICAÇÕES

Oni descarta compra de uma das redes da Portugal Telecom

Lançamento de operador móvel virtual cada vez mais perto

Jornal de Negócios, 24/5/2006, p. 5, NEGÓCIOS, FPC.

Que determinado facto, pela sua relevância, tenha sido reputado susceptível de ser noticiado é normal e expectável. Aliás, a circunstância, na situação em apreço, de ter concitado o interesse de dois periódicos da área em que se insere, a económica, mais não faz do que corroborar a sua pertinência. A curiosidade reside, tão-só, em o verbo escolhido para título, por ambos os jornais, haver sido o mesmo, não obstante incomum ou até pouco curial no contexto em análise. Abstraido este reparo, a verdade é que os títulos são consentâneos com as notícias que encimam.

Não menos curiosa é a forma como, no corpo da notícia, ambos os periódicos aludem a uma afirmação do gestor. Enquanto o primeiro se limita a referir que “O administrador da operadora voltou a sublinhar que ‘neste momento não há nenhum processo de venda da Oni, nem nenhuma proposta de MBO’”, já o segundo não desperdiça o ensejo para desmentir o concorrente: “O CEO da Oni aproveitou também a oportunidade para negar que a operadora esteja à venda ou que tenha sido feita uma proposta de ‘management buy out’ por parte da administração da empresa, conforme o noticiado pelo “Diário Económico”, desmentido que reforça, acrescentando “Não há processo nenhum de venda da Oni’, disse o CEO [...] segundo a Reuters.”

Outra particularidade, não despidianda, das notícias em questão concerne às fontes: se o *Diário Económico*² deixa transparecer a ideia de ter obtido a informação directamente (“refere o responsável”/“O administrador da operadora voltou a sublinhar que (...)”, o *Jornal de Negócios*³ remete-a para a Reuters (“O responsável afirmou que [...] segundo a Reuters”/“disse o CEO [...] segundo a Reuters.”).

Portela limita planos de crescimento da TAP

A TAP continua a defender a construção de um novo aeroporto para

² De ora em diante designado, por comodidade de exposição e economia de espaço, DE.

³ A partir de agora denominado, pelos motivos antes invocados, JN.

Lisboa. Obras de expansão da Portela consideradas insuficientes.⁴

Diário Económico, 24/5/2006, p. 18, EMPRESAS, HS.

AEROPORTO

Restrições da Portela limitam planos de expansão da TAP

Fernando Pinto quer mais capacidade em 2007

Jornal de Negócios, 24/5/2006, p. 8, NEGÓCIOS, AS.

Se o processo de titulação antes dissecionado surpreende pela selecção vocabular efectuada, não é único, como na mesma edição (escassas páginas adiante) se pode confirmar. Com efeito, tratamento em tudo idêntico ao anterior é o adoptado nestes dois títulos: o mesmo verbo, o mesmo substantivo, a mesma sigla e, a rematar, a sinonímia (crescimento/expansão). No que ao corpo do texto respeita, só o segundo diário explicita as razões pelas quais as restrições da Portela afectam os planos de expansão da TAP: é que esta “reforçou recentemente a sua frota com mais três aviões de longo curso A330, reconheceu ontem o presidente executivo da empresa.”

PORTUGAL TELECOM e alvos de Emídio Rangel desmentem acusações

Rangel volta atrás nas acusações feitas na RTP

Diário Económico, 24/5/2006, p. 38, MEDIA & PUBLICIDADE, EC.

ACUSAÇÕES DE RANGEL

PT nega avenças a jornalistas

Rangel lamenta ter acusado Luís Delgado⁵

Jornal de Negócios, 24/5/2006, p. 46, MEDIA & PUBLICIDADE, LC.

É ainda na linha das afinidades e divergências que este conjunto deve ser visto. O DE, fazendo jus a antetítulo e título, regista as explicações em que Rangel justifica o seu recuo, recolhe depoimentos (que, formalmente, constituem desmentidos) de dois dos acusados por aquele e conclui com as palavras do presidente da PT a uma agência noticiosa. O JN, dando sequência ao escolhido para título, dedica mais de metade da primeira coluna ao desmentido feito pelo presidente da telefónica, em seguida insere uma exaustiva explicação do único acusado não ouvido pelo jornal concorrente e, depois, os comentários dos restantes e contextualiza as acusações.

Para além de ambas as titulações enfermarem do mesmo vício (a repetição) outros aspectos há a reter, tais como o desfasamento entre o que é realmente relevante e merecedor de maior destaque – para o JN, as palavras de H. Granadeiro (a ponto de serem puxadas para título e preencherem três parágrafos da primeira coluna), as quais o DE considera subsecivas e, por isso, remete para o último parágrafo a fechar o texto – e o facto de só o primeiro destes periódicos fazer referência à possibilidade, ventilada por um dos acusados, de “interpor recurso contra quem nos acusou”.

PT limita crescimento da massa salarial em 2%

A operadora nacional gastará apenas cinco milhões de euros

em aumentos salariais contra os 10 milhões do ano anterior.

Diário Económico, 15/5/2006, p. 24, EMPRESAS, CF.

REMUNERAÇÕES

Portugal Telecom congela salários a 800 executivos de topo

Medida de contenção de custos inclui administradores da empresa

Jornal de Negócios, 15/5/2006, p. 9, NEGÓCIOS, NC.

Situação diferente das anteriores e, como tal, numa zona que se poderia designar de transição – porque, apesar de ainda serem identificáveis pontos comuns, titulação e texto divergem nitidamente – é a materializada por estes dois títulos: enquanto o DE põe a tónica na redução dos aumentos e na poupança assim conseguida (“gastará apenas cinco milhões de euros”) em contraste com o desperdício do ano precedente (“contra os 10 milhões do ano anterior”), o JN prefere enfatizar o congelamento das remunerações dos mais altos quadros, administração incluída. Diferença de pontos de vista que ambas as notícias vão depois reforçar.

Assim, o JN começa por realçar que a PT “chegou a um acordo de princípio com vários sindicatos acerca dos salários a praticar” e “decidiu avançar imediatamente com [...] os aumentos salariais [...] com efeitos retroactivos a Janeiro”, por oposição ao “congelamento de remunerações de quadros executivos”, medidas que “vão afectar os 800 trabalhadores de todo o Grupo PT com salários mais elevados”, sem esquecer de frisar que “Neste lote estão incluídos todos os administradores” e, só no penúltimo parágrafo (última coluna), alude a que “A PT decidiu ainda realizar uma injeção extraordinária imediata de 300 milhões de euros para o fundo de pensões da empresa”, explicando porquê: “apresentava um défice superior a 2,6 mil milhões de euros no final de 2005 e cobria 33.200 pessoas.”

O DE, por seu turno, insiste, logo de entrada, na limitação dos aumentos a 2% (“uma redução para metade face ao aumento de 4% registado no ano passado”) e, uma vez mais, no contraste com o despesismo desse ano (“Com o travão aos aumentos, a empresa terá uma despesa de cinco milhões de euros, metade dos 10 milhões gastos em 2005”), explicitando em seguida os objectivos visados: “A medida insere-se no plano [...] para fazer face ao défice do fundo de pensões da empresa que atingia os 2,6 mil milhões de euros no final do ano passado”; aflora as previsíveis repercussões desta medida (“inérita no historial da empresa”, como faz questão de sublinhar), que “vem abalar uma certa paz social que se fazia sentir” e explica porquê: “afecta todos os 14 mil colaboradores da operadora em Portugal. Os escalões mais altos serão os mais penalizados, com os 800 quadros superiores [...] a manterem os seus rendimentos inalterados face ao ano anterior.”

Como é fácil reconhecer, há vários elementos que cada um dos jornais reputa mais relevantes, e por isso os noticia, mas que são omitidos pelo outro, que, por seu turno, valoriza

⁴ Erro encontrado no corpo do texto: “Para que o cenário de ruptura **eminente** não se venha a repetir”.

⁵ “Uma vez **retratado** publicamente, Luís Delgado não viu necessidade de avançar com qualquer tipo de acção”, pode-se ler no corpo do texto.

za e regista aspectos elididos pelo concorrente. Iniludível é a obsessão do DE em vincar a dicotomia entre este ano e o transacto, subliminarmente apresentado como esbanjador, *et pour cause*, a respectiva administração.

Portugal disputa com Eslováquia novo monovolume da VW

Emílio Saénz, Director-Geral da Autoeuropa, diz que decisão será em Setembro.

Diário Económico, 18/5/2006, p. 30, EMPRESAS, AJG.

AUTOMÓVEL

Autoeuropa na corrida ao novo monovolume

Jornal de Negócios, 18/5/2006, p. 40 (última), s. a.

Ainda na zona de transição antes definida, é enquadrável o exemplo ora em apreço. Na sequência de uma entrada algo redundante, porquanto após parafrasear as afirmações do director da Autoeuropa acaba por o citar, o JN faz uma ligeira incursão explicativa pelo passado próximo, centrando-se depois no modelo em questão, cujas versões, preços e características pormenoriza, e só mesmo no final alude à “grande aposta no futuro” – que, de acordo com o diário, passa “pela conquista do sucessor dos actuais monovolumes” – bem como às repercussões da consecução desse desiderato: “poderão garantir o futuro da unidade de Palmela por mais alguns anos e a manutenção dos níveis de emprego na Autoeuropa e de muitas empresas da região.”

Bastante diferentes – desde logo no título, claramente metonímico – são as opções do DE. Este, que começa por fazer depender o futuro daquela fábrica da decisão a ser tomada pelos responsáveis máximos da Volkswagen europeia acerca do local onde irão ser fabricados os sucessores do modelo actualmente produzido em Palmela, assegura depois que a unidade portuguesa “está muito bem posicionada” para ganhar a corrida. Inexplicavelmente, porém, de imediato sublinha as vantagens da concorrente eslovaca (a primeira das quais, estar já a produzir um veículo semelhante) sobre a portuguesa: “é que, na Eslováquia, a Volkswagen paga aos seus trabalhadores 25% a mais por horários ao fim-de-semana enquanto em Portugal esse valor atinge os 200%.” E conclui com um alerta (“Caso percam a produção de monovolumes”) cujos tons negros não se abstém de carregar, seja ao nível local (“serão vários os empregos em risco”) seja ao nível nacional (“é uma consequente diminuição drástica das exportações do país.”), vincando, por último, a regressão verificada nesta fábrica: “Actualmente, a Autoeuropa representa cerca de 7% das exportações portuguesas, quando já chegou a atingir os 11%.”

Estabelecido o cotejo entre os textos em presença, é por demais óbvio existirem aspectos que, dada a força com que emergem e se impõem, não podem ser obnubilados. Antes de mais, a recorrente adução de considerações marginais à questão em apreciação (“para a Autoeuropa ser mais competitiva, terá que haver uma maior flexibilidade laboral”) e culpabilizantes dos trabalhadores, aos quais o DE explicitamente imputa as responsabilidades pelo eventual falhanço do projecto, matéria nem sequer afluída pelo outro diário. O qual, por seu turno, se cinge ao essencial, pondo a tónica no modelo apresentado, sua viabilidade, seu contributo para as exportações – das 220 unidades de produção diária, em Portugal só “esperam vender 380 veículos por ano”, sendo o restante

para exportação ('pormenor' omitido pelo DE) – sem a mais remota referência a problemas de índole laboral, cuja pertinência, no contexto, é nula.

Dados à margem do noticiado, mas ainda assim sintomáticos, são a fonte da notícia – que para o JN é a Lusa (“disse ontem à Lusa Emilio Sáenz”) e para o DE é directa (“Emílio Saénz [...] afirmou ao DE”) – e, daqui decorrente, o verdadeiro nome do senhor: Sáenz (duas vezes) para o JN e Saénz (quatro vezes) para o DE. Curiosidade final, os destinatários do modelo, que segundo o JN são, essencialmente, os “mercados norte-americano, Alemanha e Japão.”, e o DE diz ser “com destino para [sic] a Europa, Estados Unidos e Japão.” (ou, na legenda da foto, que visa “abastecer os mercados europeus, norte-americano e japonês.”). De comum, só o erro.

Grandes empresas regularizam dívidas

A Segurança Social conseguiu recuperar 152,5 milhões de euros de dívidas nos primeiros três meses de 2006. Verbas relativas à operação de venda de créditos ao Citigroup estão incluídas.

Diário Económico, 24/5/2006, p. 6, ECONOMIA, MA.

SEGURANÇA SOCIAL

Ministério já cobrou no primeiro trimestre 44% do orçamentado

Serviços de Vieira da Silva recuperaram 152 milhões de euros de dívidas em três meses

Jornal de Negócios, 24/5/2006, p. 18, ECONOMIA, ME.

Lidos estes dois títulos, bem como as correspondentes notícias, não é possível deixar de questionar se se tratará de um caso atípico, de uma situação anómala, resposta que só pode ser negativa, porquanto não escasseiam os exemplos, inclusive dos mesmos jornais e dia. Mas, porque sintomático, detenha-se a análise neste: tendo como base uma conferência de imprensa destinada a fazer o balanço trimestral da actividade de um departamento governamental e os dados aí facultados, repare-se como os factos são depois noticiados em dois jornais especializados.

O tom enfático, valorativo, quase apologético, adoptado pelo JN para titular a notícia é insofismável e o advérbio ‘já’ (que remete para antecipação) aqui usado, nada tem de inócuo: a acção do ministério é de tão assinalável proficuidade, tão eficiente que em escassos três meses quase conseguiu alcançar os objectivos previstos para o dobro do tempo (“O valor arrecadado até ao final de Março corresponde a 44% do montante orçamentado pelo Governo para este efeito.”), o que o subtítulo reforça. Mas prevendo a eventualidade de o leitor mais desatento não ter percebido o alcance da medida, o corpo do texto dá uma ajuda ao sublinhar que “Significa que a Segurança Social conseguiu recuperar quase metade da dívida prevista num quarto do período em questão.”, explicando ainda: “Dito de outro modo, o processo de recuperação de dívida está a avançar a um ritmo que duplica o previsto pelo ministro Vieira da Silva”. E para que não subsista qualquer dúvida quanto ao empenho destes serviços na prossecução dos seus objectivos (obsessões) é ainda aduzido/destacado “(...) o trabalho das juntas médicas, que permitiu cessar ou suspender o subsídio de doença a 9.250 pessoas, poupando potencialmente 1,3 milhões.”

Veja-se agora como o mesmo assunto é tratado pelo DE: para além de um título anódino, de ambíguo, em que nada permite relacionar a regularização referida com a Segurança Social (nem, muito menos, saber se foi voluntária ou coerciva), só no subtítulo é estabelecida esta interligação, quantificada a verba recuperada e indicado o período a que se reporta. Não se coibindo, no entanto, de aduzir algo que reduz o impacto pretendido: o facto de na verba citada estar incluída uma parte (não especificada) que vai ter de sair porque já antecipadamente recebida do Citigroup (e que, *ipso facto*, é para abater), como num texto complementar refere taxativamente: “Os resultados ontem apresentados pelo ministério da Segurança Social incluem dívidas que terão de ser entregues aos investidores no âmbito da operação de titularização realizada pelo Citigroup” (o que fora elidido pelo outro periódico). Em suma: se este peca por defeito, o outro fá-lo por excesso (de subserviência).

Créditos de clientes mais novos têm um melhor perfil de risco

Mudança de hábitos dos portugueses está a alterar o perfil dos clientes com menor risco no acesso a créditos, deixando de ser aqueles com idade mais avançada.

Diário Económico, 24/5/2006, p. 22, FINANÇAS, JPL.

BANCA

“Crédito malparado é superior ao que os números revelam”

Particulares estão a recorrer ao crédito pessoal para pagar prestações

Jornal de Negócios, 24/5/2006, p. 4, NEGÓCIOS, MAB.

Paradigma, ainda mais do que o exemplo precedente, de como o mesmo facto – na situação vertente as declarações, aos jornalistas, do responsável por uma consultora especializada em análise de risco – pode ser objecto de diferentes leituras e dar origem a notícias tão díspares que quase não se lhes detecta ponto comum, é o que ocorre com estes dois títulos. Com efeito, e por inimaginável que seja, estes encimam duas notícias que, não obstante terem a mesma fonte, nem no modo como foram recolhidas coincidem: “em conversa com jornalistas” a crer no primeiro, “num almoço com jornalistas” garante o segundo. Dado o mote, proceda-se agora ao cotejo dos textos.

O DE aproveita as declarações em questão para enumerar as causas (entre as quais “o maior número de divórcios”) que “fazem com que os clientes com um melhor perfil de risco deixem de ser aqueles de uma classe etária mais avançada para passarem a ser outros com uma idade mais baixa”, e só a meio do texto faz a primeira (e única) alusão ao crédito malparado para concluir que “Isto pode levar a que a situação se torne incomportável a médio-prazo, pois [...] o endividamento individual está a atingir um ponto crítico.”

Totalmente outra é a postura do JN que, não fazendo a mínima referência aos aspectos focados pelo concorrente, desde o título põe a tónica no crédito malparado (expressão seis vezes repetida ao longo da notícia), pilar sobre o qual constrói integralmente o seu texto e em torno do qual faz gravitar todas as afirmações. Não menos insólita é a circunstância de nem mesmo numa citação que ambos registam – ainda que com a particularidade de o DE o fazer no fim e o JN logo no segundo parágrafo – coincidirem: diz o primeiro que as pessoas “estão a recorrer ao crédito imediato para pagar empréstimos

de longo termo, como o crédito à habitação ou os custos com os cartões de crédito” e o segundo “para pagar empréstimos de longo prazo, sobretudo crédito à habitação.” Mas, descendo-se ao pormenor, mais perplexo se ficará: enquanto no segundo a notícia vem logo no princípio (pág. 4), na rubrica ‘Negócios’, no primeiro é relegada para o meio (pág. 22) e inserida na secção ‘Finanças’; desfasamento que até acaba por tornar irrelevante que para um (o segundo) a empresa em causa seja a CrediRisk e para o outro (o primeiro) a Credirisk.

Sem comparação possível com as situações até aqui objecto de disquisição, e paroxismo das discrepâncias – não só por ambos os jornais se contraditarem, como também por, num deles, os títulos contraditarem as notícias que encimam e de que são ilações abusivas – é o caso dos próximos exemplos.

QUADRO 1.

<p>Espírito Santo contra mais fusões na banca</p> <p><i>Diário Económico, 30/5/2006, p. 1, s. a.</i></p>	<p>ÚLTIMA HORA Concentração na banca Mais fusões em Portugal fragilizam bancos nacionais RICARDO SALGADO defende que novas operações de concentração tornarão os bancos nacionais mais vulneráveis a um ataque vindo de fora.</p> <p><i>Diário Económico, 30/5/2006, última página, SA.</i></p>
<p>FUSÕES NA BANCA Salgado não enjeita, Ulrich rejeita</p> <p><i>Jornal de Negócios, 30/5/2006, p. 1, s. a.</i></p>	<p>BANCA Ricardo Salgado admite consolidação</p> <p><i>Jornal de Negócios, 30/5/2006, p. 40 (última), SA.</i></p>

Abstraída, por agora, a disparidade entre as chamadas da primeira página e os títulos em si, detenha-se a apreciação nos textos propriamente ditos. De acordo com o DE, o presidente do BES não antevê possibilidade de se prosseguir o movimento de concentração de bancos nacionais, dados os riscos que o mesmo comporta, o maior dos quais é a vulnerabilidade da banca portuguesa, mesmo concentrada, e a sua incapacidade para fazer frente à investida de qualquer instituição europeia. Dissecionada a questão, apresenta alternativas. O último parágrafo do texto é reservado às palavras do presidente do BPI, que “aproveitou para suscitar um debate sobre a aplicação da recente Lei da Concorrência à OPA protagonizada pelo BCP”

O JN, que começa por salientar fazerem os dois oradores “uma análise discordante sobre a actual situação do sector bancário português”, remete-se depois à exposição do presidente do BPI, que cita copiosamente, reservando ao presidente da instituição concorrente metade da última coluna (sendo, ainda assim, de salientar a coincidência das declarações deste reproduzidas pelos dois jornais). Daí que, insistindo Ricardo Salgado na fragilidade da banca nacional (“Se os bancos portugueses se concentrassem todos, o banco criado ficaria vulnerável”), *leit motiv* da sua exposição e ideia-força em torno da qual gravita, não se vislumbre uma explicação minimamente plausível susceptível de respaldar o título quando apenas uma frase proferida pelo banqueiro (“é possível con-

solidar mais a banca portuguesa”) para ele remete, conquanto de imediato ressalvada (“embora tenha sublinhado que este tipo de movimento não poderá persistir por muito mais tempo”), ressalva mais à frente reforçada: “avisou que, mesmo com maior consolidação no sector, o resultado será um banco com uma quota de mercado reduzida no contexto europeu”. O que, se não ilegítima o título da notícia, o deixa extremamente fragilizado, quase falhado. Tal como a chamada de primeira página que, aliás, corrobora, e no que se opõe, no DE, quer à sua correspondente quer ao título, ambos coincidentes e perfeitamente consentâneos com o conteúdo veiculado. Não se fica, no entanto, por aqui, esta_inexplicável (e injustificável) dicotomia – também o texto complementar em ambos inserido (respectivamente, DE e JN) é outrossim discrepante:

QUADRO 2.

BES participará em novo banco em Itália com parceiros locais	BES lança novo banco em Itália
<ul style="list-style-type: none"> – O BES irá associar-se a empresários italianos para a abertura de um novo banco em Itália (...). – (...) o banco português participará no projecto com uma participação de 20%. 	<ul style="list-style-type: none"> – O Banco Espírito Santo vai criar um banco para empresas (...). – (...) o BES terá uma participação de 25% no respectivo capital.

Paulo Ramos ⇒

Também veio, viu mas não venceu. Paulo Ramos pegou numa empresa que estava desacreditada, ganhou a confiança (e o conforto) dos seus principais accionistas e deu um novo fôlego à Pararede, que estava no estertor financeiro e económico. Os investidores começaram a comprar o risco e as acções dispararam. Mas o sol durou pouco. A Pararede ainda não passou a sua provação e Paulo Ramos sai pela porta pequena de uma empresa que já tem poucas portas grandes que estejam abertas.

Jornal de Negócios, 15/5/2006, p. 2, ELEVADOR, s.a.

Começando a leitura do JN por esta rubrica – na qual é referenciada a fase (ascendente ou descendente) em que o percurso de certas individualidades se encontra –, de imediato se tem a percepção de haver ali algo insólito dada a dificuldade de compaginar os argumentos aduzidos com o sentido descendente indicado pela seta, que não se afigura muito ortodoxo. Veja-se porquê: se, como é afirmado, a empresa “estava desacreditada” e a pessoa em questão conseguiu ganhar a “confiança dos principais accionistas” de modo que “os investidores começaram a comprar e as acções dispararam”, daí resultando “um novo fôlego” para uma empresa “que estava no estertor financeiro e económico” a ilação é, no mínimo, incongruente e, não menos, abusiva, porque exagerada. Mesmo tendo em consideração, como também é afirmado, que “o sol durou pouco.”

PARAREDE

Paulo Ramos sai para lançar projecto pessoal

Administrador financeiro prossegue projecto

Jornal de Negócios, 15/5/2006, p. 39, EMPRESA, ATP/PM.

Passando à notícia propriamente dita (encimada pelo título supra), vê-se, logo na entrada, que “A ParaRede vai mudar de rosto, mas não de estratégia”, que a sucessão “foi pacífica” e, um pouco adiante, a opinião do novo gestor que “Em conferência de imprensa, realçou o facto de o antigo presidente ter deixado ‘a companhia num patamar de sustentabilidade’, que se reflectiram⁶ nos resultados do trimestre”, afirmações que credibilizam e caucionam a estratégia adoptada. Ao que se segue a explicação/justificação para a saída do gestor (“Paulo Ramos [...] decidiu afastar-se para desenvolver um novo projecto”), bem como uma retrospectiva das condições em que havia aceite o cargo: “O responsável assumiu a empresa na pior fase, com o desafio de recuperar a tecnológica nacional. Paulo Ramos sai agora após ter apresentado os resultados anuais de 2005, que ficaram aquém do compromisso assumido.” O que, salvo melhor interpretação, consubstancia uma atitude não só de desapego do poder como também de rara dignidade: assumindo não ter alcançado os resultados que se propôs, cede o lugar sem invocar atenuantes da conjuntura. É, por isso, difícil descortinar – a menos que exista algum *parti pris* dos jornalistas ou tenham sido escamoteados dados – as razões que poderão ter determinado e sustentam a asserção final: “Paulo Ramos é que não poderá, talvez, repetir o que disse quando deixou a Compac: ‘Saí no topo.’”

Compulsando o outro diário da mesma área (económica) depara-se, na rubrica equivalente (DE, Barómetro, p. 2, RD), com a seguinte informação:

Paulo Ramos ⇒

Pegou numa empresa asfixiada financeiramente em 2002 e deu-lhe um novo fôlego. Reestruturou a dívida da empresa, num contexto difícil, usando algumas operações de aumento e redução do capital. Conseguiu, inclusive, realizar aquisições e torná-la **num**⁷ dos títulos mais populares na bolsa. No seu mandato, as acções subiram 72%. Pena que tenha acabado 2005 com prejuízos de 14 milhões.

Apreciação mais objectiva da acção desenvolvida pela pessoa em causa – porque valorativa (“Pegou numa empresa asfixiada financeiramente”, “deu-lhe novo fôlego”, “Reestruturou a dívida da empresa, num contexto difícil”, “Conseguiu [...] torná-la num dos títulos mais populares na bolsa. No seu mandato, as acções subiram 72%”), mas matizada pelo lamento do último período (“Pena que tenha acabado 2005 com prejuízos de 14 milhões”) –, plenamente justificativa do sentido que lhe é atribuído.

Rebello Pinto quer ParaRede com resultados positivos

O novo CEO quer continuar o trabalho de Paulo Ramos. A empresa registou um resultado positivo de 60 mil euros no primeiro trimestre.

Diário Económico, 15/5/2006, p. 25, EMPRESAS, CF.

⁶ Repare-se no erro de construção: sujeito singular/predicado plural.

⁷ Erro de regência.

Inferência confirmada pela notícia (titulada como acima), em que não falta a caução do seu sucessor (“O novo CEO da ParaRede [...] quer dar continuidade ao projecto iniciado por Paulo Ramos”) e corroborada pela alusão aos resultados obtidos: “Nos primeiros três meses do ano, a empresa de tecnologias da informação aumentou o lucro em 7%, face a igual período de 2005, para os 60 mil euros.”

Coligindo agora num quadro os dados mais relevantes dos textos dissecionados em cada um dos periódicos, uma questão, que não pode ser postergada, se impõe: como compreender – reconhecida a coincidência (quase convergência) dos argumentos de ambos – que as conclusões possam, mais do que tão díspares, ser quase antagónicas.

QUADRO 3.

<i>Diário Económico</i>	<i>Jornal de Negócios</i>
<p>Paulo Ramos ⇨</p> <ul style="list-style-type: none"> – Pegou numa empresa asfixiada financeiramente [...] e deu-lhe um novo fôlego. – Reestruturou a dívida da empresa, num contexto difícil, (...). – Conseguiu, inclusive, [...] torná-la num dos títulos mais populares na bolsa. No seu mandato, as acções subiram 72%. – Pena que tenha acabado 2005 com prejuizos de 14 milhões. 	<p>Paulo Ramos ⇨</p> <ul style="list-style-type: none"> – (...) pegou numa empresa [...] que estava no estertor financeiro e económico e deu [-lhe] um novo fôlego. – (...) que estava desacreditada, ganhou a confiança (e o conforto) dos seus principais accionistas. – Os investidores começaram a comprar o risco e as acções dispararam. – Mas o sol durou pouco. (...) e Paulo Ramos sai pela porta pequena (...).

Consabidas as limitações de espaço impostas a estas colaborações, urge pôr termo – única e exclusivamente por esta razão, que não por falta de matéria-prima, a qual não escasseia, e os exemplos coligidos são disso apodixe – à torrente de dislates atrás concatenados, fazer o balanço e retirar ilações. As quais não são abonatórias dos quotidianos analisados. Mais: tipificam, até, um quadro nada auspicioso, seja quanto à credibilidade dos jornais seja quanto à fiabilidade dos jornalistas.

Asseveração que alguns tenderão a refutar, contrapondo que as inferências não são extrapoláveis – visto estarem em apreço jornais temáticos, especializados –, argumento cuja invocação não colhe. Porquê? Antes de mais, por as normas que os regem não diferirem das dos generalistas: a exigência de rigor informativo a que todos estão sujeitos – condição *sine qua non* da sua credibilidade – é a mesma e convém, ademais, não elidir que é do estilo informativo (e não do opinativo) que se trata. Ao que acresce outro dado não negligenciável: concernindo a um público-alvo peculiar, dotado de pregnante capacidade económica, pertencente a um estrato sócio-profissional e (supostamente) cultural mais elevado, maior deveria ser o cuidado requerido, pelo que situações do jaez das registadas são inadmissíveis. Mesmo considerada a idiosincrasia destes *media* e as inerentes especificidades, admitidos os diferentes prismas de abordagem da realidade, como chegar a conclusões tão díspares quanto algumas das identificadas, mormente as duas últimas, liminarmente discrepantes? Se, como é por demais evidente, não se espe-

raria encontrar nos vários jornais os mesmos títulos, tão-pouco que os textos fossem *ipsis verbis* (unanimidade perigosamente próxima do unanimismo) – ainda que com o argumento de que se é a existência de um facto/acontecimento que justifica a notícia e lhes subjaz, sendo aquele único também esta o deveria ser (ostensiva obnubilação de um imperativo inelutável: a salvaguarda dos critérios de cada periódico quanto à definição do que é relevante ou acessório, fulcral ou subsecivo) –, a verdade, porém, é que também não seria expectável deparar com situações deste cariz, tipificadoras de um laxismo objurgável (mesmo exprobrável) e consubstanciadores de não menos danosa ofuscação: priorizar a subjectividade, amiúde no limiar do estocástico, em detrimento da objectividade. Porque sem esta, sem o inalienável rigor (factual e expressivo) a informação não passará de uma miragem, desiderato de inatingível consecução.

E o que, em jeito de conclusão, se pode asseverar – a plethora de exemplos concatenados é disso cabal demonstração, irrefragável prova – é não haverem estes quotidianos contribuído para esclarecer, como deviam e lhes é exigível, tendo, *ipso facto*, falhado o mais nobre da sua missão: informar formando. O que, permitindo questionar o seu interesse, justifica as reservas de início expostas e confere pertinência às premonitórias (e premunitórias) palavras de L. Brajnovic: jornalista não é quem quer, mas tão-só quem for dotado de sólida formação moral e intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAJNOVIC, L. (1991). *El Ambito Científico de la Información*. 2ª ed., Pamplona, EUNSA.
- GÓMEZ Mompert, J. L. (1982). *Los Titulares en Prensa*. Barcelona, Ed. Mitre.
- IGLESIAS, F. (1984). *Ciências de la Información*. Pamplona, EUNSA.
- MARTINS, F. (2006). *A Geração da Ética*. Coimbra, MinervaCoimbra.
- NÚÑEZ Ladevéze, L. (1991). *Manual para Periodismo*. Barcelona, Ariel Comunicación.
- PINTO, M. e Szymaniak, W. (2005). *Títulos das Notícias – Recursos Retórico-Estilísticos: Intencionalidade ou Acaso?*. Coimbra, MinervaCoimbra.